

ELABORAÇÃO DE UM INSTRUMENTO INFORMATIVO SOBRE OS EVENTOS DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO NO ESOCIAL

KEEZY MEDEIROS RADTKE¹; LETÍCIA LUCAS FRAGA DA SILVA²; LUÍS ANTÔNIO DOS SANTOS FRANZ³; RENATA HEIDTMANN-BEMVENUTI⁴

¹Universidade Federal de Pelotas – keezymedeiros25@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – leticia.lucas.fraga@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – luisfranz@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – reheidtmann@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

O Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Trabalhistas e Previdenciárias (eSocial), foi instituído por meio do Decreto nº 8.373/2014, para facilitar a prestação de informações que antes eram enviadas de várias formas e modelos a vários órgãos públicos (BRASIL, 2014; BRASIL, 2019). Através desse sistema, o registro das informações é feito de forma unificada, tornando o ambiente de negócios mais simples e prático (BRASIL, 2017).

O envio das informações Fiscais e Previdenciárias através do eSocial já é uma realidade e encontra-se em operação. A novidade se refere ao envio das informações Trabalhistas, dentre elas os eventos de Segurança e Saúde do Trabalho (SST) (BRASIL, 2017).

A implantação do eSocial no que tange à SST facilitará o envio das informações relativas aos trabalhadores, de maneira prática e simples contribuindo para redução de custos e tempo da área contábil das empresas, além de assegurar os direitos dos trabalhadores e conferir um ambiente mais seguro (BRASIL, 2017).

Segundo a Portaria da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (SEPReVT) no 716/2019, os quatro grupos dos obrigados ao eSocial e os respectivos prazos para informar os eventos de SST são: Entidades empresariais com faturamento anual em 2016 acima de R\$ 78 milhões de reais, até janeiro/2020; Entidades empresariais com faturamento anual em 2016 acima de R\$ 4,8 milhões de reais e abaixo de R\$ 78 milhões até julho/2020; os que não pertencem ao 1º, 2º e 4º grupos, exceto os empregadores domésticos, até janeiro/2021 e Entes públicos (Administração pública e Organizações internacionais), até julho/2021.

Os eventos de SST que são obrigatórios de serem enviados ao eSocial, segundo o Manual de Orientação do eSocial, versão 2.5 (2019), são: Tabela de Ambientes de Trabalho (S-1060); Comunicação de Acidente de Trabalho (S-2210); Monitoramento da Saúde do Trabalhador (S-2220); Condições Ambientais – Fatores de Risco (S-2240) e Treinamentos, Capacitações, Exercícios Simulados e Outras Anotações (S-2245).

A elaboração de um instrumento informativo sobre os eventos de SST no eSocial se justifica porque auxiliará as empresas a cumprirem as normas e, dessa forma, evitar a incidência de multas (BRASIL, 2017).

O objetivo deste trabalho foi elaborar um instrumento informativo contendo as regras do Programa eSocial referentes aos eventos de Segurança e Saúde do Trabalho.

2. METODOLOGIA

A classificação da metodologia do presente trabalho, quanto à abordagem, é qualitativa; quanto à natureza, trata-se de pesquisa aplicada; quanto aos objetivos, pesquisa exploratória e, quanto aos procedimentos, pesquisa bibliográfica e documental (FLEURY, 2018; GIL, 2010).

Para elaborar o instrumento informativo, foi necessário estudar a bibliografia relacionada aos eventos de Segurança e Saúde do Trabalho no Programa eSocial, assim como, levantar os prejuízos para os estabelecimentos caso o programa não seja implementado dentro dos prazos estipulados pelo governo.

O instrumento informativo foi desenvolvido de forma didática e simplificado para seu melhor entendimento por todos que terão acesso a ele futuramente.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente trabalho foi desenvolvido a partir de pesquisas bibliográficas e documentais sobre os eventos de Segurança e Saúde do Trabalho (SST) no Programa eSocial. Dessa forma, foi possível elaborar o manual contendo as informações sobre SST (Figura 1) que devem ser obrigatoriamente disponibilizadas pelas empresas ao eSocial, sob pena de multa.

É importante salientar que o eSocial encontra-se em funcionamento em relação às obrigações Previdenciárias e Fiscais. A novidade e previsão de implantação futura diz respeito às obrigações Trabalhistas, dentre elas, os eventos de SST.

Após diversos adiamentos do início da vigência do Programa, a última informação oficial do Governo prevê início a partir de janeiro de 2020 para o primeiro grupo (Entidades empresariais com faturamento anual em 2016 acima de R\$ 78 milhões de reais).

Foi divulgada, recentemente, uma Nota conjunta do Governo prevendo uma Simplificação do eSocial a fim de tornar sua utilização mais intuitiva e amigável nas plataformas *web* especialmente para o empregador doméstico e para as pequenas empresas (BRASIL, 2019).

O enfoque extensionista desse trabalho será concluído num momento futuro, em que os manuais serão entregues em microempresas da cidade de Pelotas-RS. Neste mesmo momento, será realizada uma explanação sobre o assunto e aplicado um questionário a fim de qualificar a importância do presente projeto.

Manual Informativo sobre os eventos de Segurança e Saúde do Trabalho no eSocial

Microempresas
Ramo: Comércio de Produtos de Panificação

Universidade Federal de Pelotas - UFPEL
Centro de Engenharias - CEng
Engenharia de Produção

Setembro de 2019

Contatos:
Acadêmica Keely Medeiros Radtke
(Bolsista: keelymedeiros25@hotmail.com)

Acadêmica Letícia Lucas Fraga da Silva
(Colaboradora: leticia.lucas.fraga@gmail.com)

Prof. Dr. Luis Antônio dos Santos Franz
(Colaborador: luisfranz@gmail.com)

Prof.ª Dra. Renata Heidtmann-Bemvenuti
(Coordenadora: reheidtmann@yahoo.com.br)

O QUE É O eSOCIAL?
É o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Tributárias e Previdenciárias (eSocial), que foi instituído pelo Governo Federal por meio do Decreto nº 8.373 de 11 de dezembro de 2014.

QUAIS OS BENEFÍCIOS DO eSOCIAL?
Para os empregadores:
Simplificação de processos, porém esta simplificação só irá quando todos os procedimentos estiverem adequados ao eSocial.
Para os trabalhadores:
Garantia de Direitos. Os trabalhadores terão acesso a todos os dados da sua relação laboral com o empregador através da internet.
Para o Governo:
Maior poder de fiscalização na garantia de direitos dos trabalhadores e exigência do cumprimento das obrigações fiscais, tributárias e previdenciárias pelo empregador.

EM QUE ME AUXILIARÁ ESTE MANUAL?
Este Manual irá tratar especificamente sobre os eventos de Segurança e Saúde do Trabalho (SST) no programa eSocial, sendo os eventos que constituem a quinta fase do eSocial, conforme seu cronograma atual (Figura 1).

É OBRIGATÓRIA A ADESAO AO eSOCIAL?
Sim. O não cumprimento de inserção de dados no sistema e cumprimento de prazos (Figura 1), implicará em multas para as empresas (Tabela 1).
O grupo 1 é composto por Entidades Empresariais com faturamento anual em 2016 acima de R\$ 78 milhões de reais.

QUAIS SÃO OS EVENTOS DE SST NO eSOCIAL?
A Figura 2 mostra os eventos de SST no eSocial.

O grupo 2 é composto por Entidades Empresariais, com faturamento anual em 2016 acima de R\$ 4,8 milhões de reais e abaixo de R\$ 78 milhões.
O grupo 3 é composto pelos obrigados ao eSocial que não pertencem ao 1º, 2º e 4º grupos, exceto os empregadores domésticos.
O grupo 4 é composto pelos Entes públicos (Administração pública e Organizações Intermunicipais).
QUAL O PRAZO PARA AS MICROEMPRESAS?
As microempresas, enquadradas no Grupo 3 (Figura 1), têm até janeiro de 2021 para preenchimento e envio dos eventos de SST no eSocial.

CRONOGRAMA DO eSOCIAL

Figura 1 - Cronograma do eSocial

Tabela 1: Multas pela não implantação das obrigações referentes a SST no eSocial.

Infrção	Multas (Valores mínimos-máximos)	Base legal
Não realizar exames médicos	R\$ 402,53 a até R\$ 4.025,33	Art. 201 da CLT*
Deixar de comunicar acidente de trabalho	Entre o valor mínimo e o máximo do salário de contribuição, para acidentes não comunicados dentro do prazo estabelecido	Art. 22 da CLT* Lei 6.213/61
Não informar ao trabalhador sobre os riscos do trabalho	R\$ 1.812,67 a até R\$ 181.264,63	Art. 157 da CLT*
Infingir outras obrigações que sejam a partir das normas regulamentadoras	Valores dependentes conforme o Anexo II da NR-26	Norma Regulamentadora nº 26 do MTPS**

*CLT - Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943)
**MTPS - Ministério do Trabalho e Previdência Social

ORGANIZAÇÃO DOS EVENTOS:
Os empregadores são responsáveis por encaminhar os dados correspondentes a cada grupo no eSocial.
a. Eventos iniciais: são inseridos dados no eSocial que identificam o empregador/contribuinte relacionados a sua classificação fiscal e a sua estrutura administrativa.
b. Eventos de rotina: são eventos que complementam os eventos iniciais. Dão respeito à organização da empresa, condições ambientais de trabalho, cargos e funções da empresa, rubricas da folha de pagamentos, etc.
c. Eventos não periódicos: compreendem os eventos que dizem respeito à vida laboral do trabalhador. Não têm data predefinida para ocorrer, pois dependem de acontecimentos na relação entre a empresa e o trabalhador que influenciam o reconhecimento de direitos e o cumprimento de deveres trabalhistas, previdenciários e fiscais. Exemplo: a admissão de um trabalhador, a alteração de salário, a exposição do trabalhador a agentes nocivos, os acidentes de trabalho, o desligamento, etc.
d. Eventos periódicos: são aqueles cuja ocorrência tem periodicidade previamente definida. Compostos por informações de folha de pagamento e de apuração de outros fatos geradores de contribuições previdenciárias. Devem ser transmitidos ao eSocial até o dia 7 (sete) de mês seguinte.

Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho - LTCAT.
O que é LTCAT?
É um documento que visa o levantamento dos riscos ambientais. Este documento não possui uma data de validade, porém, deve-se fazer atualizações sempre que houver mudanças no ambiente de trabalho.
Para que serve o LTCAT?
Para comprovar que as atividades exercidas pelo trabalhador durante sua permanência na empresa oferecem algum tipo de risco ambiental. A partir desse documento, a Previdência Social determina se há ou não a necessidade de aposentadoria especial.
Qual a obrigatoriedade do empregador?
Todos empregadores que tiverem a partir de um empregado devem emitir o laudo.
Qual profissional pode emitir esse laudo?
Conforme Lei 8213/91 (art. 1º da Lei 58), o LTCAT deve ser expedido pelo médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho, devidamente habilitados.
NR-66 - Equipamento de Proteção Individual (EPI)
O empregador deverá informar o tipo, se estão disponíveis, se são eficazes ou não para neutralizar o risco e o número do Certificado de Aprovação (CA) do EPI.
Quando o EPI deve ser fornecido?
a. Quando as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes do trabalho ou de doenças profissionais e do trabalho.
b. Enquanto as medidas de proteção coletiva estiverem sendo implantadas, e.
c. Para atender a situações de emergência.
Quais os exames médicos obrigatórios?
- Adicional: antes que o trabalhador assumira as atividades.
- Periódicos: A cada 2 anos → Para trabalhadores em geral entre 18 anos e 45 anos; A cada 1 ano → Para trabalhadores em geral quando menores de 18 anos e maiores de 45 anos; A cada ano ou intervalos menores → Para trabalhadores portadores de DOENÇAS CRÔNICAS ou expostos a riscos e situações que impliquem no desequilíbrio ou agravamento de DOENÇA OCUPACIONAL, se notificado pelo médico agente da inspeção do trabalho, ou, ainda, como resultado de negociação coletiva de trabalho.
- Retorno ao trabalho: NO PRIMEIRO DIA de volta ao trabalho após afastamento, se a ausência for igual ou superior a 30 dias pelos motivos de doença, acidente ou parto).
- Mudança de função: ANTES da data de mudança (se é considerada mudança a alteração de função, setor ou posto de trabalho que implique na exposição do trabalhador a risco diferente daquele a que estava exposto).
- Demissional: ATÉ a data da HOMOLOGAÇÃO da demissão, se o último exame tiver sido realizado com data anterior aos limites especificados de acordo com o grau de risco da empresa.
- Caso este exame não seja realizado pelo INAPTO, o empregado não poderá ser dispensado, devendo ser encaminhado para perícia médica do INSS.
Quais os tipos de exames:
- Avaliação clínica: Anamnese ocupacional; exame físico, exame mental.
- Exames complementares: conforme previsto nos laudos e NR-07.

1.1 Tabela de Ambiente de Trabalho (S-1060) e Condições Ambientais de Trabalho - Fatores de Risco (S-2240)
Referência para o preenchimento: LTCAT; NR-06 (EPI); PPP; NR-17 (AET); NR-09 (PPRA); NR-15.
Deve emitir a CAT no caso de acidentes de trabalho, acidentes de trajeto e doenças ocupacionais. É obrigatório informar o código da Classificação Internacional de Doenças (CID).
Qual o prazo para emissão da CAT?
Até um dia útil após a ocorrência do acidente ou imediatamente em caso de morte.
Para que serve a informação contida na CAT?
Para o reconhecimento de benefícios em caso de afastamento do serviço. Para instituições, serve para dar base estatística dos acidentes e doenças ocupacionais ou até mesmo sugerir mudanças na forma de organização do trabalho, nos instrumentos, ferramentas e equipamentos, etc.
A CAT emitida pelo empregador no eSocial substituirá a CAT em papel e o atual sistema eletrônico CAT Web.

1.2 Comunicação de Acidentes de Trabalho (S-2210)
Referência para o preenchimento deste evento: Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, regulamento pelo Decreto nº 3.045/99, de 6 de maio de 1999.
Qual a obrigatoriedade do empregador?
Qual a categoria horária do trabalhador: o treinamento terá carga horária de vinte horas, distribuídas em no máximo oito horas diárias e será realizado durante o expediente normal.
Quem pode ministrar o treinamento: poderá ser ministrado pelo SESMT da empresa, entidade patronal, entidade de trabalhadores ou por profissional que possua conhecimentos sobre os temas ministrados.
NR-06 (EPI) - Equipamento de Proteção Individual.
Quem deve informar sobre os cuidados e treinamentos de uso correto do EPI?
Empresa com SESMT: compete ao SESMT, junto à Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA e trabalhadores usuários, recomendar ao empregador o EPI adequado ao risco existente em determinada atividade.
Empresa sem SESMT: cabe ao empregador selecionar o EPI adequado ao risco, mediante orientação de profissional tecnicamente habilitado, ou seja, CIPA ou, na falta desta, o designado e trabalhadores usuários.
NR-07 - Tratamento de Primeiros Socorros.
Quem deve realizar o treinamento: todas as empresas, públicas e privadas, independentemente do ramo de atuação, certificando como socorrista pelo menos um dos seus colaboradores.
Todo estabelecimento deverá estar equipado com material necessário à prestação dos primeiros socorros, considerando-se as características da atividade desenvolvida; manter esse material guardado em local adequado e aos cuidados de pessoa treinada para esse fim.
NR 12 - Treinamento para Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos

1.3 Monitoramento da Saúde do Trabalhador (S-2220)
Referência para o preenchimento deste evento: NR-07 (PCMSO) e NR-15.
Quem deve ler o PCMSO: todos empregadores que admitam trabalhadores como empregados.
Objetivo do PCMSO: promoção e preservação da saúde dos trabalhadores.
Quem é o coordenador do PCMSO: depende:
- Empresa com SESMT: Médico do trabalho do SESMT.
- Empresa sem SESMT: Médico do trabalho empregado ou não da empresa.
Não precisam de coordenador do PCMSO:
- Empresas grau de risco (GR) 1 e 2 até 25 empregados.
- Empresas GR 3 e 4 até 10 empregados.

1.4 Treinamentos, Capacitações, Exercícios Simulados e Outras Atividades (S-2245)
Neste tópico serão descritos os principais treinamentos e capacitações necessários, conforme recomendações das Normas Regulamentadoras (NRs).
NR-05 (CIPA) - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes.
Quando deve ser realizado o treinamento da CIPA: a empresa deverá promover treinamento para os membros da CIPA, titulares e suplentes, antes da posse. Em primeiro mandato será realizado no prazo de no máximo trinta dias, contados a partir da data da posse.
O que o treinamento para a CIPA deve conter:
a. estudo do ambiente, das condições de trabalho, bem como dos riscos originados do processo produtivo;
b. metodologia de investigação e análise de acidentes e doenças do trabalho;
c. noções sobre acidentes e doenças do trabalho decorrentes de exposição aos riscos existentes na empresa;
d. noções sobre a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - AIDS e medidas de prevenção;
e. noções sobre as legislações trabalhista e previdenciária relativas à segurança e saúde no trabalho;
f. princípios gerais de higiene do trabalho e de medidas de controle dos riscos;
g. organização da CIPA e outros assuntos necessários ao exercício das atribuições da Comissão.

2 Referências
Principais referências utilizadas para a elaboração deste Manual foram as seguintes:
BRASIL. Ministério da Economia. Norma regulamentadora nº 28: Fiscalização e Penalidades. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1992. Disponível em: <http://www.gov.br/imprensa/pt-br/comunicacao/nr28.htm>. Acesso em: 15 jun. 2019.
BRASIL. Portal do eSocial. Conheça o eSocial [S. l.]. 29 mar. 2017. Disponível em: <https://portal.esocial.gov.br/institucional/conheca-o-esocial>. Acesso em: 15 abr. 2019.
GAMBASSA, Mara Queiroga. Segurança e Saúde no Trabalho: NRs 1 a 36 Comentadas e Descomplicadas. São Paulo: Método, 2015. 909 p. ISBN 978-85-365-5933-3.
MANUAL VERSÃO 2.5, Orientação do eSocial. Manual de Orientação do eSocial Versão 2.5 [S. l. : s. n.]. 2019. Disponível em: <https://portal.esocial.gov.br/manuais/mos-2-5-01.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2019.

Figura 1 - Imagens compactadas do instrumento informativo
Fonte: Próprio autor

4. CONCLUSÕES

Foi possível elaborar um manual informativo contendo as regras do Programa eSocial referentes aos eventos de Segurança e Saúde do Trabalho. Dessa forma, o trabalho foi de grande importância pois constituiu uma etapa importante para futuramente concluir o caráter extensionista do presente projeto,

em que pretende-se levar conhecimento, através deste manual, para as microempresas da cidade de Pelotas-RS.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Decreto nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014.** Institui o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial e dá outras providências. Brasília, 11 dez. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8373.htm. Acesso em: 15 abr. 2019.

BRASIL. **Nota Conjunta SEPRT/RFB/SED nº 1/2019.** Simplificação do eSocial. Brasília, 08 ago. 2019. Disponível em: https://portal.esocial.gov.br/institucional/legislacao/nota-conjunta-seprt_rfb_sed-no-1-de-8-de-agosto-de-2019.pdf. Acesso em: 10 set. 2019.

BRASIL, Portal do eSocial. **Conheça o eSocial.** [S. l.], 29 mar. 2017. Disponível em: <https://portal.esocial.gov.br/institucional/conheca-o>. Acesso em: 15 abr. 2019.

BRASIL. **Portaria da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho – SEPREVT nº 716, de 04 de julho de 2019.** Dispõe sobre o cronograma de implantação do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial). Brasília, 04 jul. 2019. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-716-de-4-de-julho-de-2019-189613318>. Acesso em: 05 set. 2019.

FLEURY, Afonso et al. **Metodologia de pesquisa em engenharia de produção e gestão de operações.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** São Paulo: Atlas S.A, 2010.

MANUAL VERSÃO 2.5, Orientação do eSocial. **Manual de Orientação do eSocial Versão 2.5.** [S. l.: s. n.], 2019. Disponível em: <https://portal.esocial.gov.br/manuais/mos-2-5-01.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2019.